A imprensa como "arma de guerra": a trajetória da revista Maquis (1956-1962)

RODRIGO OTAVIO SEIXAS FERREIRA*

Apresentação

A década de 1950, sobretudo por causa da triunfal volta de Getúlio Vargas ao poder, em muito acentuou uma notável característica do chamado "período democrático", a saber, o engajamento político da imprensa. Como bem assinalaram ABREU & LATTMAN-WELTMAN (1994: 28-29), a imprensa naquele período se posicionava de forma quase unânime contra Vargas e o projeto político, econômico e social que ele simbolizava. Para tanto, valia-se de uma linguagem incisiva e não raro violenta. Em parceria com a UDN, que no Congresso Nacional atuava de forma implacável contra o governo, jornais como **O Globo**, o **Correio da Manhã** e **O Estado de S. Paulo** reverberavam o coro oposicionista.

O enfoque enviesado dos prestigiosos jornais do eixo Rio-São Paulo era de fato expressivo, mas, em se tratando de virulência, nenhum periódico se destacava mais que a **Tribuna da Imprensa**. Fundado em dezembro de 1949, o vespertino carioca era, sob todos os aspectos, a expressão acabada de seu idealizador, o jornalista Carlos Lacerda. Analista impiedoso, Lacerda desenvolveu um estilo argumentativo devastador, no qual combinava veementes críticas de conteúdo com os mais assombrosos insultos. Dotado de personalidade carismática, ele era também um orador extraordinário – segundo José Sarney, que fora seu correligionário na Câmara dos Deputados, Lacerda era o "tribuno panfletário", que "brandia a palavra como uma arma" (ECHEVERRIA, 2011: p. 83).

A audácia que caracterizava a atuação jornalística e política de Carlos Lacerda suscitava, evidentemente, um forte poder de atração – no entender do seu biógrafo, em razão da imagem do "paladino ardente" e "impiedoso", "Lacerda despertava paixões como poucos conseguiram ao longo da história republicana do Brasil" (DULLES, 1992: p. 1; 115). Dentre os muitos simpatizantes que arregimentou ao longo dos anos, um, em especial, veio a adquirir uma significativa notoriedade: o jornalista Fidélis dos Santos Amaral Netto.

* Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), com mestrado em História Social pela Universidade de Brasília (UnB).

Militante integralista na juventude, Amaral Netto ingressou no jornalismo em fins dos anos 1940. Já convertido ao lacerdismo, foi um dos fundadores da **Tribuna da Imprensa**. Em 1953, liderou a formação do Clube da Lanterna, cujos objetivos imediatos eram o combate à chamada "oligarquia" getulista e o trabalho em prol do êxito udenista nas eleições marcadas para outubro de 54. No contexto do movimento de 11 de novembro de 55, criou a revista **Maquis**, um periódico que, em consonância com o estilo político ao qual estava vinculado, tornou-se célebre pela veemência com que abordava os assuntos políticos e, consequentemente, pelas polêmicas que criava (**DHBB**, Vol. I, p. 202-203; **O Estado de S. Paulo**, 17 ago. 1986, p. 12; **Folha de S. Paulo**, 18 out. 1995, p. 8).

Durante a sua breve existência, a revista **Maquis** se destacou como representante da ala radical da direita brasileira, sobretudo porque em muito contribuiu para repercutir o "estilo existencial político-jornalístico" (SODRÉ, 1995: p. 8) derivado de Carlos Lacerda, figura central daquele agitado período. A revista, portanto, é o tema deste artigo. Problematizando-a, pretendemos apreender as suas concepções e as suas práticas retórico-políticas, porque entendemos que, por meio de suas páginas, manifestaram-se de modo claro os discursos e os valores que fundamentavam (e impulsionavam) a práxis de determinados grupos da nossa sociedade. Antes, porém, de nos debruçarmos sobre as opiniões e as reportagens publicadas em **Maquis**, convém esclarecermos alguns dos conceitos que embasam a nossa interpretação, pois se tratam de ferramentas indispensáveis para a análise que aqui tencionamos desenvolver. Vejamos.

Lacerdismo, udenismo e o uso da imprensa

No depoimento que prestou aos jornalistas do grupo **Estadão**, Carlos Lacerda afirmou que via o fenômeno do lacerdismo como um "estado de espírito", pautado por um ideário "reformador e honesto", cujo encanto era suscitado pelo carisma advindo de sua imagem pública – qual seja, a do bravo, implacável e incorruptível tribuno (LACERDA, 1987: p. 263-264). Definição parecida foi feita por AZEVEDO (2012: p. 273), para quem o termo se refere "muito mais a um método de ação política do que a uma doutrina ideológica" derivada de Lacerda e de seus seguidores. Mais convincente, porém, é a interpretação feita por MOTTA (2014: p. 640), que vê o lacerdismo como uma "expressão que designa um

conjunto de concepções e de padrões de atuação na política carioca e nacional". Um fenômeno, ademais, intrinsecamente ligado "ao caráter personalizado, polarizado e radicalizado das disputas no campo político carioca entre 1945 e 1964".

Nesse sentido, entendemos que o lacerdismo pode ser caracterizado como uma *cultura política*, uma vez que, tendo se constituído numa "espécie de código" (BERSTEIN, 1998: p. 350-351) que agregava um conjunto de ideias, de percepções e de valores, acabou configurando um certo tipo de comportamento político. Era-lhe estruturante, por exemplo, uma base ideológica de cunho católico-liberal[1] e, por conseguinte, uma visão específica acerca da realidade social, expressa, por sua vez, sob um peculiar estilo retórico.

O fenômeno do lacerdismo, contudo, só pode ser realmente compreendido se atentarmos para o fato de que era uma exacerbação do que se convencionou chamar de udenismo. Este, a propósito, foi competentemente caracterizado por BENEVIDES (1981: p. 241-275), para quem a "identidade udenista" consistia numa ideologia que se coadunava com uma determinada prática política. Em outras palavras, tratava-se de um conjunto de crenças que fundamentava determinadas percepções e ações. Os udenistas, por exemplo, empunhavam a bandeira do liberalismo, assim como se pautavam por certas condutas e concepções político-institucionais, como o moralismo, o bacharelismo e o elitismo. Proclamavam-se também inimigos viscerais do "varguismo" e do "comunismo", ideários tidos como corruptos e despóticos. Todavia, à medida que o teste das urnas não corroborava a leitura que faziam, consagrando, pelo contrário, as forças do "populismo", os udenistas se agarravam à tese da "presciência das elites"[2], ideia que não raro resultava na contestação dos resultados eleitorais e, à vista disso, no apelo à intervenção "saneadora" dos militares.

No que tange à invocação do golpismo, Carlos Lacerda era, de longe, a personagem udenista mais expressiva. Aliás, foi como decorrência de sua pregação intensa e ressonante que sua liderança foi se firmando dentro do partido. PICALUGA (1980: p. 48-51) identifica nos anos 1953-55 o momento em que Lacerda assume o comando político das manifestações de oposição ao governo Vargas e ao seu legado, que chamava, desdenhosamente, de

[1] LACERDA (1987: p. 56) afirma, no seu supracitado depoimento, que sua conversão ao catolicismo, em 1948, teve um enorme significado, pois se constituiu num conforto existencial para o outrora militante comunista. Já John W. F. DULLES (1992: p. 116) ressalta não somente aquela transformação, mas também o caráter extremista com que o jornalista acolheu as novas convicções.

[2] "O corolário dessa tese se enraíza na convicção de que o povo jamais será politicamente responsável; no máximo poderá ser 'politicamente educado' ou 'guiado'" (BENEVIDES, 1981: p. 252).

"getulismo". Revolucionando uma prática política já muito bem explorada pelos bacharéis udenistas, Lacerda soube, habilmente, instituir uma narrativa acerca da disputa política que então se desenrolava. Valendo-se não somente de seu jornal, a **Tribuna**, mas sobretudo do espaço que lhe era concedido em outros periódicos, nas emissoras de rádio e na TV Tupi, ele soube incutir na chamada "opinião pública" um bem fundamentado conjunto de conceitos e de interpretações.

A atividade jornalística, aliás, era concebida por Lacerda de modo bastante peculiar. Amparado pelas considerações de Rui Barbosa, ele entendia que a imprensa era o instrumento por meio do qual a nação vê, ouve, fala, respira. O jornalista, então, deveria ser o "zelador da comunidade", o profissional que se autossacrificava em prol da missão de informar. "Ver sem cessar de ver, e dizer incessantemente o que vê, é o seu modo de construir. (...) Pois do jornalista não se exige que construa senão aquilo que lhe é próprio construir: uma opinião pública bem informada, atenta, vigilante, esclarecida" (LACERDA, 1950: p. 7; 10-13).

Na época do lançamento da **Tribuna**, Lacerda por diversas vezes afirmou que à imprensa cabia não apenas a busca pela verdade, mas também a retidão, o comedimento e o bom senso. Devia-se evitar, portanto, o envolvimento pela paixão, que poderia vir a comprometer a relação com o público leitor. Nesse sentido, para Lacerda nada seria mais estranho à integridade jornalística do que o estardalhaço "dos títulos e gravuras" (LACERDA, 1950: p. 10; **Tribuna da Imprensa**, 27 dez. 1949, p. 1).

Tais princípios, contudo, foram logo abandonados. Em face das lutas políticas nas quais se enredara, Lacerda se notabilizou, de fato, com as suas chamadas "campanhas". Nelas, empreendeu um palavreado *sui generis*, que tinha no maniqueísmo uma inspiração e um método, e onde havia, por conseguinte, toda uma ênfase acusatória e verborrágica, uma espécie de arma para infundir o medo no adversário.[3]

Mas a retórica lacerdista não se resumia a atemorizar. Como já dito, sua contundência se destacava também por uma incrível capacidade para angariar simpatizantes. Os lacerdistas, na verdade, nutriam uma admiração reverencial pelo seu líder, fato que não passou despercebido por Afonso Arinos de Mello FRANCO (1965: p. 423), para quem

[3] Justificando-se, anos depois, LACERDA (1978: p. 156) afirmou: "se não fosse violento, a campanha não teria efeito. O país ainda estava muito insensibilizado. Era preciso sacudir o país, sacudi-lo como se sacode um sujeito que dormiu mal a noite e tem que acordar de madrugada para não perder o avião. Você não pode ficar fazendo festinhas, senão ele não acorda."

Lacerda tinha um "terrível dom de congregar fanáticos".[4] Consequentemente, as concepções jornalístico-políticas de Carlos Lacerda logo se constituíram num estilo que "fez escola". O atribuladíssimo ano de 1955, por exemplo, resultou na fundação de um legítimo representante do jornalismo de viés lacerdista – a revista **Maquis**.

Como e por que surgiu a revista Maquis

Logo na primeira edição impressa de **Maquis**, seu diretor, Amaral Netto, procurou explicar um fato inusual. Num editorial intitulado "Porque começamos por 7", ele afirmou que a nova revista tinha um laço de continuidade com um jornal do mesmo nome, que fora editado clandestinamente durante o período do Estado de Sítio pelo qual passou o Brasil entre o dia 25 de novembro de 1955 e 15 de fevereiro de 1956. Disse ele:

> *Durante o Estado de Sítio do general [Henrique Teixeira] Lott, publicou-se no Rio, em São Paulo e em várias outras cidades um jornal clandestino, mimeografado, com um total de aproximadamente (segundo nos informam) 6 mil exemplares de tiragem. Quando se publicava o quarto número, em meados de janeiro, resolvemos depositar o título deste jornal – MAQUIS – no Departamento de Propriedade Industrial. (...) Foi, assim, o MAQUIS, o primeiro jornal clandestino do mundo que registrou o seu título em plena vigência da ditadura por ele combatida*. *(**Maquis**, 5 ago. 1956, p. 3)*

Na sequência do artigo, Amaral Netto procurou enfatizar a excepcionalidade da situação em que **Maquis** foi criada e, assim, reforçar a imagem de bravura e de resistência que procurava atribuir ao periódico.

> *Desejávamos demonstrar ao general Lott que ninguém se valia da "covardia do anonimato" para dizer as verdades que ele sufocava.*
> *(...) Por isso, começamos por sete. No ano segundo. Como homenagem aos que tiveram a fibra e a coragem de enfrentar o "dono da verdade" durante o sítio.*

O título **Maquis**, a propósito, é uma óbvia – e curiosa – referência aos famosos guerrilheiros que lutaram contra os fascistas na Segunda Guerra Mundial. Num informe publicado na **Tribuna da Imprensa** (16 abr. 1956, 2º Caderno, p. 1), o termo foi, inclusive,

[4] Em seu relato memorialista, Stefan BACIU (1982: p. 48) afirma que a maioria dos jornalistas que trabalhava na **Tribuna da Imprensa** era "lacerdista doente". O autor, a propósito, era romeno, e trabalhou por cerca de 10 anos no jornal daquele que considerava "um dos grandes jornalistas não só do Brasil, mas da América Latina" (p. 58).

definido: "**Maquis** – substantivo masculino. Grupo de resistentes contra o nazismo e a opressão". Tal leitura configura uma peculiar forma de apropriação, uma vez que os chamados *maquisards* franceses – assim como seus congêneres espanhóis, iugoslavos e italianos – se autoproclamavam revolucionários, isto é, posicionavam-se à esquerda do espectro político.[5]

Não obstante a curiosa associação, Amaral Netto se valeu da essência da causa guerrilheira para embasar a sua, qual seja, a da luta sem tréguas contra a "quadrilha" que retornou ao poder sob a liderança de Juscelino Kubitschek (**Maquis**, 5 ago. 1956, p. 3). Agora, por que a revista expressava tamanha agressividade contra o general Lott e contra JK e seus correligionários? Por que houve a decretação de um Estado de Sítio no país? Antes, então, de prosseguirmos com a análise da trajetória de **Maquis**, convém fazermos uma breve exposição acerca do conturbado contexto que precedeu o seu surgimento.

De início, é importante ressaltar que, desde fins de 1954, Carlos Lacerda já se movimentava para novamente intervir no processo político do país. Bem ao seu estilo, por um lado procurava persuadir determinados personagens que considerava apropriados para o que denominava "salvação nacional"; por outro, atacava aqueles que via como obstáculos às suas pretensões. A partir de fevereiro de 1955, passou a pregar abertamente uma solução extralegal para o problema da sucessão presidencial. Nos meses subsequentes, sua proposta de um "regime de exceção" foi se acentuando na exata proporção em que crescia o favoritismo da chapa formada por Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Em consonância com as investidas do seu Presidente de Honra, o Clube da Lanterna também se envolveu nas discussões acerca do pleito de 1955. Num primeiro momento, a associação se engajou na candidatura do dissidente pedessista Etelvino Lins. Com o malogro da iniciativa, declarou seu apoio ao general Juarez Távora (que fora oficializado como o candidato da coligação PDC-UDN-PL-PSB), mas se dedicou sobretudo a denunciar o que entendia como o iminente retorno da "era da corrupção". Disposto a lutar contra aquela possibilidade, o Clube da Lanterna publicou, no começo de agosto, um manifesto violentíssimo, no qual acusou a pretensão dos "corruptos e corruptores (...) abrigados sob as legendas do PTB e do PSD" de quererem voltar ao poder. Ao final, desafiadoramente

[5] A respeito, cf. HOBSBAWM (2002: p. 165-168).

anunciou: "Os ladrões e assassinos não voltarão!" (**Tribuna da Imprensa**, 27 abr. 1955, p. 1; 5 ago 1955, p. 6)

Foi a partir de agosto, aliás, que recrudesceu a ofensiva dos adeptos da intervenção no processo político. Vendo-se respaldados por certas lideranças militares[6], os lacerdistas intensificaram seus ataques. Em assembleia realizada no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, o Clube da Lanterna expôs publicamente o seu programa: o adiamento das eleições, a constituição de um governo de emergência, a revisão imediata das listas de eleitores e a criação de um Estatuto Político que, entendia-se, daria aos partidos um verdadeiro papel na vida democrática do país (**Tribuna da Imprensa**, 9 ago. 1955, p. 1).

Com a eleição de Juscelino e João Goulart, o sentimento de frustração dos lacerdistas (e também de muitos udenistas) exacerbou-se. À vista disso, sua atuação política adquiriu contornos de histeria. Sustentando o argumento de que a vitória da chapa JK-Jango era pouco representativa, e que fora, ademais, corrompida pela participação dos comunistas, passaram a demandar, despudoradamente, por um golpe militar. Lacerda, em vários editoriais na **Tribuna**, procurou insuflar os chefes militares partícipes "do golpe de 24 de agosto" a impedirem a volta dos chamados "gregórios" (**Tribuna da Imprensa**, 10 out. 1955, p. 4; 4 nov. 1955, p. 4). Já Amaral Netto denunciou a "legalidade podre" que permitiu a volta da "oligarquia" que havia sido deposta no ano anterior. Recusando-se a aceitar o resultado do pleito, asseverou: "O Clube da Lanterna conclama o povo a resistir à tentativa de restauração dos 'gregórios' no Poder" (**Tribuna da Imprensa**, 13 out. 1955, p. 4).

Quando, nos primeiros dias de novembro, o caso Mamede[7] foi propositalmente ignorado, a ofensiva golpista pareceu caminhar para um desfecho. O "contragolpe preventivo" liderado pelo general Lott, no entanto, sustou a concretização do plano. Surpreendidos com a

[6] Tornou-se célebre, por exemplo, o discurso do general Canrobert Pereira da Costa, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e então presidente do Clube Militar. Denunciando o que chamava de "mentira democrática", Canrobert clamou pela necessidade da "união militar" em face do novo avanço das forças "conspiradoras" e "corruptas". Tratou-se, pois, da primeira manifestação pública de um alto oficial em favor de uma ação política efetiva dos militares (**Correio da Manhã**, 6 ago. 1955, p. 14; 16).

[7] Após se pronunciar contrário à posse de Juscelino e Jango – reproduzindo, inclusive, as fortes palavras proferidas pelo general Canrobert –, o coronel Jurandir de Bizarria Mamede criou uma situação considerada inadmissível pelo general Lott. Requerendo a punição do oficial, uma vez que Mamede não somente desrespeitara a proibição de declarações por parte dos militares, como defendera publicamente a subversão da ordem político-institucional, Lott foi menosprezado pelos dois presidentes em exercício naqueles conturbados dias – Café Filho e sobretudo Carlos Luz. Percebendo a urdidura de um golpe, liderou então o movimento que, no seu entender, garantiria "o retorno à situação dos quadros normais do regime constitucional vigente". Cf., a propósito, CARONE (1985: p. 105-112) e SKIDMORE (1969: p. 188-198).

fulminante investida, os políticos e militares envolvidos no esquema ainda ensaiaram uma quixotesca reação, mas logo reconheceram sua derrota. Acuados, Lacerda e Amaral Netto procuraram asilo em embaixadas estrangeiras. Os vencedores, de sua parte, assumiram o controle da situação. Empossaram um nome de confiança na Presidência da República – o senador catarinense Nereu Ramos – e garantiram, por meio da decretação do Estado de Sítio, a tranquilidade necessária para que a posse de JK e Jango fosse efetivada com sucesso.

Diante, pois, de um tão desfavorável cenário, foi que Amaral Netto criou a sua revista. Como consequência da atípica situação vivida pelo país, **Maquis** estreou, como já dito, de forma insólita: circulando clandestinamente, "mimeografado, em folhas de papel ofício" (**Maquis**, 4 ago. 1961, p. 34).

A propensão ao escândalo: a breve história de Maquis

Para levar adiante sua tarefa, Amaral Netto formou uma equipe com muitos dos colegas jornalistas que com ele trabalhavam na **Tribuna** – Alberto Deodato, Araújo Netto, Hermano Alves, Murilo Melo Filho, Stefan Baciu. E contou, ademais, com a colaboração de nomes prestigiosos da imprensa e da política brasileiras: Aliomar Baleeiro, Prudente de Morais Neto, Rafael Correia de Oliveira. Além, é claro, de Carlos Lacerda.

No que tange ao acabamento e ao conteúdo, a revista, cuja periodicidade seria quinzenal, foi inicialmente impressa em rotogravura, com o formato 22 cm x 31,5 cm, num total de 48 páginas, todas elas relacionadas ao campo da política – reportagens, colunas, caricaturas. Muito embora Amaral Netto tenha afirmado que **Maquis** se caracterizaria pelo "tom sereno"[8], o periódico desde logo ficou marcado pelo sensacionalismo com que abordava os assuntos. Sua edição de estreia, aliás, contradizia de forma categórica aquela afirmação. Os títulos das matérias falam por si: "Rubens Vaz morreu em vão?"; "JK lesou o Brasil em milhões de dólares"; "São 60 os mineiros que estão governando o Brasil"; "Gregório sai da cadeia para passear" (**Maquis**, 5 ago. 1956, p. 5-9; 14-18; 37-39; 44-46).

[8] Em entrevista publicada um dia antes do lançamento de **Maquis**, Amaral Netto assim se pronunciou: "Publicaremos a verdade mas, na medida do possível, faremos isso *em tom sereno*. Apresentaremos tão grande massa de fatos e informações que *não teremos espaço para adjetivos*" (**Tribuna da Imprensa**, 2 ago. 1956, p. 7 – grifo nosso).

A rigor, a caracterização de **Maquis** como um veículo sensacionalista exige a conceituação do termo. Recorramos, então, a um autor que assim entende o fenômeno:

> *Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica,* ***trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso****. (...)*
> *Ainda dentro do ponto de vista jornalístico, a linguagem sensacionalista não pode ser sofisticada, nem o estilo elegante. A linguagem utilizada é a coloquial, não aquela que os jornais informativos comuns empregam, mas a coloquial exagerada, com emprego excessivo de gíria e palavrões. (...)* ***a linguagem sensacionalista não admite distanciamento, nem a proteção da neutralidade. É uma linguagem que obriga o leitor a se envolver emocionalmente com o texto*** *(...). (ANGRIMANI, 1995: p. 16 – grifo nosso).*

Com efeito, na medida em que suas edições vinham a público, **Maquis** expunha de forma clara o enfoque pelo qual optara. Suas páginas, por exemplo, são tomadas pelo que John THOMPSON (2002: p. 48) chamou de *discurso infamante*, isto é, o "discurso moralizador que censura e reprova, repreende e condena". Agora, por que a revista se concentrava em acentuar a "transgressão alheia"? A nosso ver, o viés sensacionalista era intrínseco à concepção lacerdista. Por se fundamentarem, como já dito, no maniqueísmo, Lacerda e seus epígonos simplesmente desconsideravam o livre debate de ideias. Seus adversários eram vistos como "inimigos" desprovidos de qualquer senso moral. Logo, contra aquele "mal" não havia a menor possibilidade de diálogo. Pois era preciso varrê-lo, extirpá-lo da sociedade.

Em decorrência do êxito do movimento do 11 de novembro, aqueles princípios foram levados às últimas consequências. Numa curiosa reviravolta, a "derrota gloriosa" parece ter recobrado o ânimo dos lacerdistas, visto que os outrora golpistas se transmudaram em defensores da ordem. Desimpedido das restrições impostas pelo Estado de Sítio, o Clube da Lanterna retomou a sua cruzada contra o "domínio dos gregórios" (**Tribuna da Imprensa**, 7 mar. 1956, p. 2). Dos Estados Unidos, para onde se dirigira após o "contragolpe preventivo", Carlos Lacerda persistia com as denúncias acerca da "ilegalidade" e da "imoralidade" do novo governo (DULLES, 1992: p. 242-244). As chamadas "campanhas de moralização", portanto, ressurgiram com vigor. E a imprensa foi, uma vez mais, usada como uma "frente de combate".

Sentindo-se instigado, convencido da justeza de suas convicções, Amaral Netto fez de **Maquis** a sua trincheira. Embasado na ideia de que havia "uma verdadeira fome de informações" sobre o que "realmente acontecia no país" (**Tribuna da Imprensa**, 2 ago. 1956, p. 7), sua revista se constituiu numa intransigente opositora do governo e das forças que, no seu entender, a ele davam suporte. Usando e abusando de uma postura indignada e inconformista, expressando-se por meio de um linguajar agressivo, empenhou-se em atiçar a chamada "opinião pública".

Como se tratava de uma revista claramente vinculada a um projeto político, podemos identificar, na trajetória de **Maquis**, duas orientações básicas: de um lado, as recorrentes denúncias de corrupção e, de outro, o envolvimento nas disputas travadas no âmbito da UDN. No que se refere à primeira característica, convém logo ressaltar que **Maquis** nada mais fez do que levar ao extremo aquele que era um dos traços constituintes do conservadorismo udenista, qual seja, o moralismo. A propósito, no supracitado editorial de estreia do periódico, Amaral Netto foi explícito quanto aos valores que o pautavam:

> *Não temos tabus.* ***Todos se medem, para nós, de acordo com a fita métrica do caráter, da dignidade e da honradez na vida pública****. (...)*
> *Ninguém tem o direito de exibir riqueza sem poder explicar de onde a tirou.* ***Ninguém tem o direito de afrontar a miséria sem que seu nome seja apontado à execração pública*** *(...). (**Maquis**, 5 ago. 1956, p. 3 – grifo nosso)*

Em face da situação que, no seu entender, era gravíssima, o jornalista bradou: "É preciso reformar. Por isso escolhemos o título de Editora Reforma para a célula-mater desta revista". Tal engajamento exigia, por sua vez, um comprometimento total. Pois, para "tomar parte na luta", não se devia fazer concessões de qualquer espécie: "Não temos – mas não temos mesmo – compromissos com quem quer que seja. Homens ou grupos. (...) Quem anuncia em MAQUIS compra um espaço. Não compra mais nada. Absolutamente nada" (**Maquis**, 5 ago. 1956, p. 3).

Apegado, então, a essa "ética da decência", Amaral Netto fez de **Maquis** o espaço fidedigno da pregação moralista e das denúncias de corrupção. Os exemplos que compilamos são numerosos. A coluna "Fichário", por exemplo. Concebida para "relatar" a vida pública de pessoas influentes (**Maquis**, 5 ago. 1956, p. 47), era, na verdade, uma espécie de "ficha corrida" onde se expunham a vida e as atividades de certos personagens tidos como controversos e/ou suspeitos. Enfoque semelhante era dado às reportagens. Nelas, porém, a

ênfase acusatória era muito mais contundente. Carregadas de adjetivos, tais matérias se fundamentavam numa estrutura discursiva minuciosamente elaborada: títulos bombásticos, grandes e salientes fotografias, argumentação inflamada e penalizante, propositadamente exagerada.

Citemos alguns exemplos: na reportagem "Só um milagre salvará Jango desta vez", **Maquis** enfatiza o tema (aliás, já muito explorado anteriormente por outros órgãos de imprensa, especialmente pela **Tribuna**) das supostas ligações de João Goulart com o peronismo. Após uma rápida incursão pela biografia do então vice-presidente, onde se infere que as experiências adquiridas ao longo de sua formação lhe condicionaram o caráter[9], afirma-se que sua carreira política fora sempre marcada por iniciativas suspeitas, sobretudo aquelas relacionadas com os negócios que, desde jovem, Jango travara com empresários argentinos. Com a publicação, no país vizinho, de um relatório no qual se expunha os "escândalos do regime peronista", o nome de Goulart fora novamente vinculado a nebulosas transações comerciais que, na verdade, prestavam-se a objetivos políticos – no caso, o financiamento de campanhas eleitorais para que, uma vez no poder, Jango e seus correligionários concretizassem "a formação da 'entente' Argentina-Brasil". Segundo o texto da matéria, diferentemente das situações anteriores, nas quais Goulart se safara das acusações de "corrupção" e de "traição", a nova denúncia se baseava em "farta documentação" e, portanto, em "provas incontestáveis" dos crimes cometidos. Diante, então, de toda esta argumentação, **Maquis** assevera: "Somente um milagre o salvará" (**Maquis**, 5 set. 1956, p. 5-9); já na matéria "Escândalo no Exército", aborda-se o envolvimento do general Lott em uma duvidosa compra de material de escritório para o Ministério da Guerra. De acordo com a narrativa feita pela revista, em contraste com o que fora estabelecido em edital e publicado, inclusive, no Diário Oficial da União, o trâmite do negócio envolveu toda uma série de irregularidades. Após ter vetado, em despacho, as mudanças requeridas para a importação das mercadorias (que haviam sido compradas de uma firma estadunidense), o general mudara sua opinião, ordenando que se efetivasse a aquisição do material. Tal mudança, no entender de **Maquis**, configurou uma anuência para com a ilegalidade, constatada, ademais, num relatório do próprio Exército (**Maquis**, 20 out. 1956, p. 38-43).

[9] "O menino cresceu ali pela fronteira ouvindo falar de contrabando e contrabandistas. Uma coisa e outra fixaram-se indelevelmente na sua retina. Como se veria, alguns anos depois."

O tema da suspeitosa compra de material por parte do Ministério da Guerra se estendeu por várias edições, incluiu uma série de cobranças e de desafios ao general Lott[10], e culminou com o anúncio, feito por Amaral Netto, de que o periódico iria processar o ministro.

> *EM NOME DO POVO, em nome dos que pagam impostos escorchantes; em nome dos que mantêm com o seu suor a máquina estatal; em nome dos que não têm privilégios nem vantagens – denunciaremos o general ministro da Guerra à Corte Suprema por crime de responsabilidade de acordo com o que nos garante a Constituição. (**Maquis**, 20 jan. 1957, p. 6)*

Esta polêmica, a propósito, evidencia como **Maquis** desenvolveu e aperfeiçoou um singular procedimento: em primeiro lugar, criava e/ou veiculava um determinado escândalo; depois, repercutia o fato, com o claro intuito de incitar o público; para, por fim, em razão dos efeitos provocados pela eventual denúncia, autopromover-se.

O desembaraço que caracterizava a revista levou-a, inclusive, a justificar o recorrente uso de qualificativos. No artigo "Por que ladrão?", por exemplo, afirma-se que a reserva quanto ao uso do adjetivo "ladrão" não fazia sentido, uma vez que se tratava de um vocábulo utilizado comumente na língua portuguesa. Ademais, só mesmo por "covardia" a imprensa deixava de chamar o "ladrão público" de ladrão.

> *(...) julgamos uma injustiça terem os jornais o direito de apontar o ladrão de galinhas como ladrão e se fecharem em copas quando se trata de um fardado ou de um "black-tie".*
> *Ladrão é ladrão. Pelo menos para o MAQUIS. Para nós, o ladrão público é o pior ladrão. O ladrão que rouba a todos fingindo não roubar a ninguém. (...)*
> *CUSTE O QUE CUSTAR, diremos a verdade. Não importa mesmo que, politicamente, como pode acontecer, "o ladrão esteja do nosso lado". Porque, de qualquer forma, em quaisquer circunstâncias, como medo ou não, MAQUIS dirá sempre do ladrão que ele é ladrão. (**Maquis**, 5 mar. 1957, p. 36-37)*

Imbuída da "missão" de informar e, por conseguinte, de confrontar o "poder", **Maquis** constantemente se envolvia em controvérsias. Pois, em razão da postura e dos métodos que adotara, a revista suscitava veementes reações – que muitas vezes vinham na forma de processos e também de tentativas de proscrição. Tais situações, contudo, eram muito

[10] "Assim é que, tendo MAQUIS, em seu número 11, denunciado com detalhes, nomes, datas e fatos a existência de um grave escândalo no Exército, envolvendo o seu nome e os de outros três generais, não pensou o senhor, até agora, em processar o diretor desta revista. (...) Isto não lhe fica bem, general. O senhor tem de processar o MAQUIS por isso. A sua honra, a sua dignidade, essa sua susceptibilidade à flor da pele, exigem mais esse processo. Porque nós dissemos que o senhor FOI CONIVENTE, seja lá pelo que for, com a prática dos crimes de favoritismo, fraude de concorrência e tentativa de suborno." In: **Maquis**, 5 jan. 1957, p. 47.

bem exploradas por Amaral Netto, que sagazmente recorria ao discurso da resistência heroica e do autossacrifício em prol da causa. Portanto, à imagem da bravura, do jornalista audacioso e destemido.[11]

Todavia, a opção por aquela linha editorial tinha consequências. Se, num primeiro momento, **Maquis** tirou proveito do clima de polarização que caracterizava o país, alcançando, muitas vezes, tiragens significativas, com a consequente normalização do jogo político o periódico se viu envolto por inúmeras crises.[12] Isso porque, diferentemente de outras publicações, não contava com acesso a crédito ou com receitas publicitárias relevantes.[13]

Não obstante os muitos problemas, **Maquis** continuou circulando. De modo previsível, sobretudo porque, como já dito, vinculava-se a um projeto político, a revista se envolveu nas disputas travadas no polo oposicionista. Em setembro de 1959, por exemplo, comunicou a ideia da reativação do Clube da Lanterna, extinto em novembro de 56, para lançá-lo no apoio à provável campanha de Jânio Quadros à Presidência da República (**Maquis**, 26 set. 1959, p. 9). Curiosamente, naquele mesmo contexto, Amaral Netto defendeu também a pré-candidatura do udenista Juraci Magalhães. Isso porque, devido à sua pretensão, ele vinha sendo vítima dos famosos ataques de Carlos Lacerda, que defendia o apoio a Jânio.

> *Nós, que sempre caracterizamos a ação de MAQUIS pela maior energia e pelo maior espírito de combate – ação e espírito muitas vezes considerados exagerados pelo próprio deputado Carlos Lacerda – somos dos mais autorizados para julgar um tanto quanto violenta, um pouco injusta e mesmo contraproducente a atitude assumida pelo diretor da "Tribuna" em relação a Juraci Magalhães. (**Maquis**, 3 out. 1959, p. 8)*

[11] No episódio da apreensão dos exemplares e de parte da equipe da revista, em setembro de 1956 – consequência da publicação de um fac-símile da edição de 24 de agosto da **Tribuna da Imprensa**, que publicara um ultrajante manifesto de Carlos Lacerda –, Amaral Netto proclamou: "Maquis continuará inalterável a trilha que escolheu: intransigente e veemente, sem dar tréguas a tudo o que há de podre por este reino." In: **Maquis**, 20 set. 1956, p. 3.

[12] Segundo Stefan BACIU (1982: p. 110-111), Amaral Netto "soube explorar de maneira bastante hábil" o "entusiasmo popular" suscitado pelas campanhas lacerdistas. No seu entender, contudo, a ideia que deu origem a **Maquis** foi, com o tempo, "perdendo o *élan*".

[13] Cf., a propósito, o editorial publicado na edição nº62 (**Maquis**, 16 ago. 1958, p. 11), em que Amaral Netto primeiramente expõe os problemas da revista – que passava a ser impressa em papel-jornal, o chamado "uniforme de campanha" –, e depois lança um apelo ao seu público leitor: "Ajude-nos, permanecendo fiel a MAQUIS. A MAQUIS que não pode anunciar porque não tem dinheiro para fazer a sua própria publicidade. A MAQUIS que ficou mais feia para poder manter a beleza dos ideais que defende."

A posição assumida pelo diretor de **Maquis** é, a nosso ver, significativa, pois evidenciou que a relação entre o "mestre" e o "discípulo" tinha se tornado tensa. No decorrer dos anos, à medida que o próprio Amaral Netto adentrava a UDN e o jogo político institucional, as divergências entre os dois amigos se acentuaram, até chegar à ruptura.

Considerações Finais

Com a renúncia de Jânio Quadros e a consequente posse de João Goulart, os inimigos de **Maquis** voltaram ao poder. A revista, por conseguinte, engajou-se novamente na "luta de vida e morte" que a gerara. Agora, porém, o combate incluía um novo "perigo": a "ascensão comunista". Fiel ao seu estilo[14], **Maquis** passou a denunciar os propósitos do "plano vermelho" nas Forças Armadas, na Igreja, no campo e na sociedade civil (**Maquis**, 6 jan. 1962; 13 jan. 1962; 20 mar. 1962). Não obstante, a fórmula em que a revista se baseava cobrou, afinal, o seu preço. A recorrente "deficiência financeira" que também caracterizou a sua trajetória a levou ao fim. Em maio de 1962, Amaral Netto, cada vez mais envolvido por suas atividades políticas, comunicou que **Maquis**, em sua edição nº 244, deixaria de circular (**Tribuna da Imprensa**, 3 maio 1962, p. 3).

Tendo sido uma publicação que gozou de relativa significância, o que restou de **Maquis**? Em outras palavras, que exame podemos fazer de seu legado? No que concerne à memória construída sobre a revista, identificamos indiferença e até mesmo um certo desdém.[15] Circunstância que não deixa de ser interessante, visto que, em sua época, **Maquis** era considerado um veículo relevante – na celebração do aniversário de 5 anos da revista, o prestigioso líder da UDN, deputado Afonso Arinos, afirmou que, por meio do seu trabalho de consciência **Maquis** "desempenhou um importante papel na causa da restauração da moralidade na vida pública brasileira" (**Maquis**, 4 ago. 1961, p. 22).

Por outro lado, no que tange à ideologia retratada (e propagada) na revista, é importante salientar a peculiar leitura do liberalismo. Pois nos parece que, para a inflamada equipe capitaneada por Amaral Netto, era perfeitamente possível combinar preceitos liberais

[14] "A linguagem editorial precisa ser chocante e causar impacto. O sensacionalismo não admite moderação." In: ANGRIMANI, 1995: p. 40.
[15] BENEVIDES (1981: p. 102) e CARONE (1985: p. 120), por exemplo, referem-se a **Maquis** de forma pouco lisonjeira.

com insultos, injúrias e desprezo pelos adversários (que eram vistos como inimigos) e pela ordem político-institucional.

Num cenário em que a disputa política era concebida como uma luta entre o "bem" e o "mal", em que o jornalismo enquanto representação da realidade buscava, em primeiro lugar, suscitar emoções no seu público leitor – estimulando, consequentemente, a formação de uma visão superficial sobre a política –, forçoso é parafrasearmos a máxima do grande historiador: de fato, a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido.

Referências Bibliográficas

ABREU, A. A. & LATTMAN-WELTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, A. C. (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 23-59.

ABREU, A. A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F. & LAMARÃO, S. T. N. (Coords.). **Dicionário histórico biográfico após 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. 5 v.

A verdade não é bonita mas é útil. **Tribuna da Imprensa**, 2 ago. 1956, p. 7.

Adiamento das eleições. **Tribuna da Imprensa**, 9 ago. 1955, p. 1.

ANGRIMANI, D. **Espreme que sai sangue:** um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

Ao lado de Etelvino o Clube da Lanterna. **Tribuna da Imprensa**, 27 abr. 1955, p. 1.

BACIU, S. **Lavradio, 98**. Histórias de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa ao tempo de Carlos Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BENEVIDES, M. V. M. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J.-P. & SIRINELLI, J.-F. (Orgs.). **Para uma história cultural.** Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

CARONE, E. **A República Liberal**: II – evolução política (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985.

COSTA, L. Amaral Netto, um "radical de direita". **O Estado de S. Paulo**, 17 ago. 1986. Política, p. 12.

Deficiência financeira tira Maquis das bancas. **Tribuna da Imprensa**, 3 maio 1962, p. 3

Deputado foi o mais destacado dos lacerdistas. **Folha de S. Paulo**, 18 out. 1995. Brasil, p. 8.

Do Clube da Lanterna ao povo: Impedir a todo custo a volta dos gregórios. **Tribuna da Imprensa**, 13 out. 1955, p. 4.

DULLES, J. W. F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador – Vol. 1: 1914-1960. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

ECHEVERRIA, R. **Sarney:** a biografia. São Paulo: Leya, 2011.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACERDA, C. A hora das Forças Armadas. **Tribuna da Imprensa**, 4 nov. 1955, p. 4.

_____. **A missão da imprensa**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1950.

_____. Afinal começamos. **Tribuna da Imprensa**, 27 dez. 1949, p. 1.

_____. Dar posse aos gregórios é trair o Brasil. **Tribuna da Imprensa**, 10 out. 1955, p. 4.

_____. **Depoimento**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MELLO FRANCO, A. A. **A Escalada**: memórias. Rio de janeiro: José Olympio, 1965.

MOTTA, M. LACERDISMO. In: ABREU, A. A. & PAULA, C. P. (Coords.). **Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2014, p. 640.

Oratória pessimista do general Canrobert. **Correio da Manhã**, 6 ago. 1955, p. 14; 16.

"Os ladrões e assassinos não voltarão". **Tribuna da Imprensa**, 5 ago 1955, p. 6.

PICALUGA, I. F. **Partidos políticos e classes sociais:** a UDN na Guanabara. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro, GB: Editora Saga, 1969.

SODRÉ, M. Morte de deputado marca o fim de um estilo. **Folha de S. Paulo**, 18 out. 1995. Brasil, p. 8.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Você sabe o que é "MAQUIS"? **Tribuna da Imprensa**, 16 abr. 1956, 2º Caderno, p. 1.